

Vladimir Sipriano Camillo

Pós Doutor em Economia pela PUC-SP, Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, Mestre em Economia pela PUC-SP, Economista pela USJT-SP. Professor dos cursos de Economia do Centro Universitário Fundação Santo André e Universidade São Judas Tadeu

FATEC Sebrae – Faculdade de Tecnologia Sebrae - CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – São Paulo.

Revista FATEC Sebrae em debate
gestão, tecnologias e negócios

Editor Geral
Prof. Dr. Mário Pereira Roque Filho

Organização e Gestão
Prof. Ms. Clayton Pedro Capellari

Correspondência
Alameda Nothmann, nº 598 Campos Elíseos,
CEP 01216-000 São Paulo – SP, Brasil.
+55 (11) 3331.1199 ramal: 218
E-mail:
f.sebrae.dir@centropaulasouza.sp.gov.br

MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS¹

RESUMO

O objetivo específico é associar alguns indicadores do mercado de trabalho nacional com a queda da desigualdade de renda do trabalho entre 2002 e 2009. Para atingir tal objetivo, o artigo foi dividido em duas partes. Na primeira foram descritas parte da literatura nacional sobre desigualdade de renda e algumas evidências empíricas correspondentes para os anos de 2002 e 2009. Na segunda parte foi construído um modelo econométrico (exploratório) por meio de regressão linear Stepwise, para o ano de 2009. Dentre os resultados, destacam-se os rendimentos dos ocupados com menores qualificações, que se aproximaram dos maiores rendimentos do trabalho, estimulando a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil. Esse crescimento dos menores rendimentos sugere que o mercado de trabalho nacional favoreceu mais a demanda por trabalhadores com menores qualificações, associando-os a uma estrutura produtiva predominantemente tradicional e de baixa modernização tecnológica.

¹ Parte expressiva dos resultados foi extraída da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Economia Política da PUC-SP, sob a supervisão da professora Dra. Anita Kon. Contudo, a responsabilidade por erros e omissões é exclusiva do autor. Alguns itens da parte teórica e das variáveis utilizadas na modelagem econométrica desse artigo também foram utilizados noutro artigo, apresentado no Encontro nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), em 2013, em coautoria com a professora Dra. Anita Kon. Agradecimentos a Fábio Tatei, pesquisador do NESPI-FEA-USP, pela montagem do banco de dados utilizado, a partir dos microdados da PNAD.

Palavras-chave: capital humano, discriminação e segmentações no mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

A queda da desigualdade da renda nacional ocorrida na primeira década de 2000, particularmente da renda do trabalho que compõe a maior parte da renda domiciliar, desencadeou um debate na literatura nacional que passou a buscar os condicionantes dessa queda, ao contrário do ocorrido nas décadas anteriores, quando se buscava os condicionantes da elevação da desigualdade de renda no Brasil. Ao se recortar a desigualdade da renda do trabalho, parece razoável, teórica e metodologicamente, buscar os condicionantes de sua queda no mercado de trabalho, embora a desigualdade da renda do trabalho no Brasil possua outros condicionantes. Vale destacar que no mercado de trabalho atuam as forças do lado da demanda por trabalho e da oferta de trabalho. Essas forças promovem um tipo particular de interação entre a demanda por trabalho e a oferta de trabalho. Aliás, a literatura nacional resenhada e as variáveis do modelo econométrico exploratório proposto não incluíram formalmente o lado da demanda por trabalho, embora indiretamente admitam sua influencia no comportamento da desigualdade da renda do trabalho.

Pelo lado da oferta de trabalho, que é o mais abordado pela literatura nacional, foram desenvolvidas as abordagens para o capital humano, a discriminação no mercado de trabalho e suas segmentações. O capital humano tornou-se um condicionante muito utilizado na literatura nacional, a ponto de aproximar-se de uma abordagem hegemônica. A discriminação no mercado de trabalho, embora apresente resultados ambíguos, ampliou-se no debate nacional. Essa discriminação torna-se uma clara imperfeição do mercado de trabalho nacional. As várias formas de segmentação que o mercado de trabalho nacional apresenta, podem afetar a distribuição da renda do trabalho. A segmentação por atividades econômicas, com seus diferenciais de renda, é comumente associada à desigualdade da renda do trabalho. As diferenças espaciais entre as inúmeras regiões, embora continuem elevadas, mostram sinais de redução com possíveis impactos sobre a desigualdade. As desigualdades dos rendimentos entre os empregados formais e os ocupados informais são outra

segmentação do mercado de trabalho, apesar do informal manter uma relação de dependência e subordinação com as atividades produtivas formais. As disparidades salariais entre os grupos ocupacionais, embora não estejam inseridas na literatura nacional como uma típica segmentação, apresentam alguns traços segmentados e polarizados na economia brasileira.

A metodologia adotada tem como propósito combinar uma breve base teórica estilizada com algumas evidências empíricas para os anos de 2002 e 2009. Esses dois anos foram escolhidos porque são compatíveis com a base de dados utilizada (microdados PNAD do IBGE), além do período indicar queda da desigualdade da renda do trabalho.² O modelo exploratório utilizado foi construído por meio de uma regressão linear *Stepwise*, que seleciona as variáveis explicativas mais significativas. Uma limitação dessa modelagem foi a utilização de apenas variáveis diretamente ligadas a oferta de trabalho, mas que se movimentam a partir de uma interação com a demanda por trabalho. Dessa forma, os resultados do modelo serão interpretados apoiando-se na base teórica referente à interação da demanda por trabalho com a oferta de trabalho, embora essa interação não tenha sido desenvolvida teoricamente de forma robusta. Como a regressão é *cross section* para 2009, perde-se a perspectiva histórica que poderia ser captada numa série de tempo. As metodologias de cálculo das variáveis explicativas buscam captar os impactos de alguns indicadores do mercado de trabalho sobre a desigualdade da renda do trabalho, mas possuem a limitação de não medir diretamente as variáveis ligadas diretamente a demanda por trabalho.

² Recentemente PIKETTY (2014) levantou algumas restrições ao uso de bases de dados domiciliares como a PNAD, alegando que "enquanto as estimativas oficiais não complementarem os dados das pesquisas de domicílio com um uso sistemático dos dados administrativos e fiscais, será impossível obter uma decomposição crível da taxa de crescimento macroeconômico entre os diferentes grupos sociais e entre os diferentes décimos e centésimos da hierarquia de renda, tanto nos países pobres e emergentes como nos países ricos." O que atenua essa restrição no presente artigo é a utilização de um recorte para a renda do trabalho, ao invés de se utilizar toda a renda domiciliar que inclui as rendas do capital, claramente subestimadas na PNAD. Uma aplicação parcial da metodologia proposta por PIKETTY (*op.cit*) para a realidade brasileira foi construída por MEDEIROS *et al.* (2014), a partir da composição de dados domiciliares com o imposto de renda, mostrando que a desigualdade de renda total ficou estável entre 2006 e 2012 e que sua magnitude é superior as estimativas obtidas apenas pela PNAD.

LITERATURA NACIONAL DA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000 SOBRE DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO: UMA BREVE ESTILIZAÇÃO

O capital humano foi o principal parâmetro teórico utilizado por Langoni (1973 e reeditado em 2005) para explicar a ampliação da desigualdade da renda do trabalho entre 1960 e 1970. A escolaridade foi sua principal variável explicativa do modelo. A principal causa para a elevação da desigualdade de renda foi a “(...) expansão diferenciada da demanda de mão-de-obra que, devido à tecnologia utilizada, beneficiou desproporcionalmente os níveis de educação mais elevados” (LANGONI, 2005). Essa demanda diferenciada ocorreu em função do elevado crescimento econômico do período, liderado pela indústria que demandou um número expressivo de trabalhadores qualificados, promovendo a elevação dos seus rendimentos e distanciando-os dos menores. As estatísticas descritivas de Langoni indicam um crescimento maior das rendas dos trabalhadores mais escolarizados (com ensino médio e curso superior). Os trabalhadores mais experientes também obtiveram ganhos salariais acima das faixas etárias menores. Nos resultados econométricos, para 1970, a escolaridade contribuiu, marginalmente, com 15,43% da elevação da desigualdade, enquanto a experiência do trabalhador (medida pela idade) contribuiu com 7,74%. A escolaridade ganha capacidade explicativa quando se isola sua participação no total da variância, atingindo 41,01% do total. No modelo de Langoni predominam as variáveis ligadas a oferta de trabalho (escolaridade e experiência), mas supõe uma “(...) interação entre a oferta e demanda por mão-de-obra de diversas qualificações”. Essa suposição de interação entre a oferta e a demanda por trabalho contida no modelo de Langoni não se ampara numa descrição mais ampla dos indicadores sobre a demanda por trabalho.

Mais recentemente, uma série de estudos econométricos, particularmente os realizados pelo IPEA, têm resgatado as hipóteses de Langoni e indicado, por meio de outras técnicas de decomposição, a importância dos avanços da escolaridade para a queda da desigualdade na primeira década de 2000³. Para 2005, a escolaridade contribuiu marginalmente com 24% para a queda da desigualdade da renda do trabalho e a experiência do trabalhado explicou 6,8% dessa mesma queda (RAMOS, 2007). Ou-

tros resultados empíricos também indicam a importância da escolaridade para a redução da desigualdade, mostrando que, para o período de 2001 a 2005, foi responsável por quase 40% da queda (BARROS *et al.*,2007). Embora o capital humano medido por escolaridade seja identificado como importante condicionante da desigualdade da renda do trabalho, há evidências empíricas que sugerem que a capacidade explicativa da escolaridade tem se reduzido (FERREIRA *et al.*,2006).Para a primeira metade da década de 2000 há outras evidências empíricas indicando que a “(...) demanda no mercado de trabalho tem sido lenta e não tem acompanhado a maior escolarização da oferta de trabalhadores, gerando redução nas taxas de salário” (NERI, 2007). Parte dessa redução da capacidade explicativa da escolaridade decorre do fato do mercado de trabalho nacional contratar parte expressiva dos trabalhadores, exigindo uma determinada escolaridade-qualificação, mas não os remunerando na proporção das exigências.

Alguns indicadores mais descritivos sobre a escolaridade dos ocupados na economia brasileira mostram assimetrias de renda entre os níveis educacionais:

³ Contudo, a taxa média de crescimento econômico nacional na primeira década de 2000 é relativamente menor do que as taxas das décadas de 1960 e 1970. Também são distintas as mudanças mais estruturais da economia brasileira ocorridas nessas três décadas.

Tabela 1. Anos de estudo e rendimento médio - Brasil -2002-2009

Anos de estudo	% 2002	Renda (R\$)* 2002	% 2009	Renda (R\$) 2009	Var. % Renda
0	11	276	8	349	27
Um	3	317	2	394	24
Dois	5	359	3	421	17
Três	6	392	4	478	22
Quatro	13	534	10	580	9
Cinco	7	505	6	584	16
Seis	4	511	4	570	12
Sete	5	545	4	591	8
Oito	10	713	10	752	5
Nove	3	578	3	622	8
Dez	3	696	4	670	-4
Onze	19	1044	27	999	-4
Doze	2	1297	2	1114	-14
Treze	1	1617	2	1393	-14
Catorze	1	1783	2	1586	-11
Quinze	7	3247	10	2873	-12

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria.

* deflacionada pelo deflator construído por CORSEIUL *et al.* (2009 = 100).

Nota-se que os ocupados com oito e nove anos de escolaridade mantiveram a participação relativa na ocupação total, com cifras de 10% e 3% respectivamente, nos dois anos selecionados. Os ocupados com seis e sete anos de escolaridade também mantiveram praticamente as mesmas participações relativas nos dois anos. Com doze, treze e catorze anos de estudo também não houve mudanças expressivas na participação relativa. Com o nível de ensino médio ocorreu uma mudança mais ampla, passando de 19% para 27% a participação relativa. Também se destaca a ampliação dos ocupados próximos ao curso superior, que cresceram de 7% para 10% em 2009, embora a renda média desse maior nível de escolaridade tenha se reduzido. O maior crescimento na renda ocorreu para os ocupados com quinze anos de estudo, atingindo um acréscimo de 82% em relação aos ocupados com catorze anos de escolaridade nos dois anos selecionados. Mesmo com algumas mudanças mais expressivas na participação dos ocupados com nível médio e superior, entre 2002 e 2009, ainda há um número relativamente elevado de ocupados com escolaridades baixas e medianas, compatíveis com uma estrutura produtiva pouco avançada. A elevação dos ocupados com ensino médio e curso superior indica um avanço marginal na estrutura do traba-

lho, pois seus rendimentos médios caíram no período⁴. As quedas dos rendimentos do trabalho para os níveis médio e superior sugerem que a estrutura produtiva nacional foi incapaz de promover uma interação entre a demanda e a oferta de trabalho que ampliasse os rendimentos dos mais qualificados. Em contrapartida, o mercado de trabalho, condicionado pela mesma estrutura produtiva, apresentou uma interação entre demanda e oferta de trabalho que ampliou os menores rendimentos que gravitavam no entorno do salário mínimo.⁵ A experiência do trabalhador também é outro indicador *proxy* do capital humano:

Tabela 2. Experiência e rendimento médio - Brasil - 2002-2009

Idade dos ocupados **	% 2002	Renda (R\$)* 2002	% 2009	Renda (R\$) 2009	Var. % Renda
15 anos	1,1	110	0,7	135	23
20 anos	2,7	421	2,2	532	26
25 anos	2,7	674	2,6	773	15
30 anos	2,6	830	2,8	955	15
35 anos	2,5	932	2,5	1067	14
40 anos	2,5	1078	2,5	1054	-2
45 anos	2,0	1186	2,2	1180	-1
50 anos	1,5	1194	1,8	1290	8
55 anos	1,1	1080	1,4	1271	18

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria.

* deflacionada pelo deflator construído por CORSEIUL *et al.* (2009 = 100).

** a idade foi utilizada como *proxy* da experiência no mercado de trabalho

Naturalmente que não é razoável esperar mudanças significativas na estrutura etária de uma força de trabalho num intervalo de tempo de apenas sete anos (2002 a 2009). Contudo, nota-se um pequeno crescimento relativo dos ocupados mais experientes, com idades a partir de 45 anos. Trabalhadores mais jovens, entre 15 e 20 anos, costumam estar inseridos em ocupações de menor qualidade, com rendimentos próximos ao salário mínimo. Houve redução nos rendimentos de alguns trabalhadores com experiência mediana, situada entre 40 e 45 anos, indicando que o mercado de trabalho não valorizou a experiência em todas as faixas etárias. Entre 15 e 35 anos nota-se que

⁴ Novamente parece relevante ratificar a ideia de que um avanço educacional quantitativo, medido em anos de estudo, não necessariamente corresponde a um avanço na qualidade educacional, tampouco pode se afirmar que houve um brutal avanço educacional. Naturalmente que o período entre 2002 e 2009 é relativamente curto para que se obtenham mudanças expressivas na distribuição dos ocupados por escolaridade.

⁵ A política de valorização do mínimo da primeira década de 2000 (e que está em curso) é associada com a queda da desigualdade de renda do trabalho. Para maiores detalhes, ver SABOIA (2007).

o rendimento médio cresceu a taxas decrescentes, sugerindo baixa valorização da experiência pelo mercado de trabalho nessa faixa etária mais jovem. Aliás, os rendimentos caíram para os ocupados entre 40 e 45 anos. Os mais experientes com 55 anos obtiveram um aumento nos rendimentos de 18%, inferior ao crescimento dos ocupados entre 15 e 20 anos.

Discriminação no mercado de trabalho

Com relação a contribuição da discriminação sofrida no mercado de trabalho, a literatura nacional costuma recortar a cor e o sexo, associando-os à queda da desigualdade da renda do trabalho ocorrida na primeira década de 2000.⁶ Contudo, essa mesma literatura mais recente apresenta alguns resultados distintos. Para parte da literatura nacional a discriminação por cor e sexo explica uma parcela relativamente pequena da desigualdade da renda do trabalho, embora não seja desprezível essa parcela. Para outra parte da literatura, a discriminação por cor e sexo explica parcela substancial da desigualdade da renda do trabalho. RAMOS (2007), por exemplo, ao decompor a desigualdade da renda do trabalho, obteve resultados que indicam a baixa capacidade da discriminação por cor e por sexo em explicar a desigualdade da renda do trabalho nacional, sendo que a cor explicou marginalmente aproximadamente 2,0% em 2005 e o sexo atingiu uma capacidade explicativa próxima a 4,5%. BARROS *et al.* (2007) estimaram que a discriminação por cor e sexo, entre 2001 e 2005, explicaram 7% e 2% , respectivamente, da queda da desigualdade da renda do trabalho.

Para outra parte da literatura a contribuição da discriminação na explicação das desigualdades salariais entre grupos de cor e sexo é elevada, atingindo 60% da desigualdade salarial entre mulheres negras e homens brancos no mercado de trabalho formal e 24% do diferencial de salários entre homens negros e brancos. (CACCIAMALI *et al.*, 2008). SOARES *et al.* (2007) também obtiveram resultados indicando que a discriminação por cor explicou 41,4% das diferenças de rendimentos do trabalho em 2001 e 40,1% em 2005, indicando uma pequena redução da discriminação sobre a desigualdade de renda do trabalho. Com relação ao sexo, algumas estimativas indicam que, em 2005, “(...) 30% da força de trabalho feminina continua sendo composta por um grupo

⁶A discriminação pode ocorrer antes de se ingressar no mercado de trabalho e assumir outras formas além da cor e do sexo.

de ocupações precárias (...)” como também nota-se que “(...) as trabalhadoras mais instruídas passaram a ocupar postos em profissões de prestígio (...)”, além da existência de indícios de segregação, uma vez que as “(...) trabalhadoras permanecem, em maior número, em setores, ocupações e áreas de trabalho tradicionalmente femininas, como o setor de serviços, o social, a administração pública (...)” (BRUSCHINI, 2007).

Apesar desses resultados distintos na literatura sobre discriminação e desigualdade, há um ponto convergente: controlando a desigualdade por meio de variáveis relacionadas aos atributos produtivos, ainda nota-se uma elevada desigualdade da renda do trabalho entre os grupos tradicionalmente discriminados (mulheres e negros) e os de maiores rendimentos (homens brancos). Mesmo diante de resultados que indicam uma tímida redução na discriminação no mercado de trabalho por cor e sexo, nota-se que na primeira metade da década de 2000 persistem situações ocupacionais que mantêm a elevada a desigualdade da renda do trabalho, particularmente aquelas que segregam⁷ as mulheres e os negros em ocupações precárias de baixa remuneração. Os resultados empíricos costumam apresentar algumas divergências, provavelmente porque as técnicas utilizadas são distintas. Quando se utiliza a técnica OAXACA-BLINDER (um tipo de técnica padrão), os resultados costumam indicar uma elevada participação da discriminação por cor e sexo na desigualdade de renda do trabalho. As outras técnicas geralmente mostram uma baixa capacidade explicativa da discriminação.⁸ Estatísticas descritivas, com controles por escolaridade, sobre as rendas dos ocupados por cor e sexo, podem fornecer uma primeira aproximação sobre as suas desigualdades de renda associadas às práticas discriminatórias:

⁷ Embora a segregação ocupacional possua uma literatura própria e específica, há pontos de contato entre a segregação e a discriminação no mercado de trabalho.

⁸ BIDERMAN e GUIMARÃES (2002), por exemplo, utilizam a decomposição de OAXACA para explicar a discriminação no mercado de trabalho brasileiro entre 1989 e 1999, utilizando vários recortes e concluem que “ainda que seja um pouco preliminar, a análise indica que as políticas mais urgentes para diminuir o diferencial de salários entre homens brancos e as demais categorias seria uma intervenção no mercado de trabalho que beneficiasse as mulheres (brancas ou negras) e uma intervenção no sistema de ensino que beneficiasse os negros (homens ou mulheres)”. Naturalmente que como o período de análise dos autores é anterior aos anos 2000, seus resultados tornam-se um tipo de pano de fundo para o que ocorreria na primeira década de 2000.

Tabela 3. Escolaridade, renda e hiatos salariais por cor controlados por níveis de escolaridade-Brasil - 2002-2009

Cor	Níveis de escolaridade	Renda (R\$) 2002	Renda (R\$) 2009	% 2002	% 2009	Var. % Renda	Hiatos Branca/Parda
Parda	Até 4 anos	306	392	19	15	28	50
	5 a 8 anos	472	535	11	11	13	37
	9 a 12 anos	719	722	9	14	0	39
	13 a 15 anos	1716	1685	2	3	-2	35
Branca	Até 4 anos	458	523	16	10	14	33
	5 a 8 anos	647	730	14	10	13	36
	9 a 12 anos	998	954	17	19	-4	32
	13 a 15 anos	2322	2060	8	10	-11	22

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

Controlando as diferenças de rendimentos por escolaridade, ocorre a redução dos hiatos salariais. Em 2002 o maior hiato salarial entre ocupados brancos e pardos ocorreu para o nível de escolaridade até quatro anos, atingindo 50%. Esse hiato diminuiu em 2009 para 33%. O menor hiato ocorreu para o nível de escolaridade entre 13 e 15 anos, para os dois anos analisados (35% em 2002 e 22% em 2009), indicando menor discriminação salarial para o maior nível de escolaridade. As menores reduções nos hiatos ocorreram para os níveis de escolaridade intermediários (5 a 8 anos e 9 a 12 anos) que representam a maior parte dos ocupados pardos e brancos. Portanto, a discriminação por cor no mercado de trabalho apresentou redução relativamente pequena para a maioria dos ocupados. O percentual de ocupados pardos que recebem as maiores rendas subiu apenas 1p.p. entre 2002 e 2009, atingindo 3% dos ocupados totais, enquanto os ocupados brancos de maior rendimento atingia 10% da ocupação total em 2009, numa clara assimetria de renda entre brancos e pardos. Os ocupados pardos também predominam nos níveis de escolaridade mais baixos, representando 15% dos ocupados em 2009 com escolaridade até 4 anos, contra 10% dos brancos. A renda média dos ocupados pardos cresceu o dobro em relação aos brancos (28% dos pardos contra 14% dos brancos), mas ainda continua menor. Para o nível de escolaridade entre 5 e 8 anos a renda cresceu à mesma taxa para pardos e brancos. A maior queda na renda ocorreu para os ocupados brancos com escolaridade entre 13 a 15 anos. Com o crescimento da renda dos pardos em atividades de menor escolaridade e menor qualificação, situadas no nível de até quatro anos de educação formal, e a queda da renda dos brancos ocupados em atividades mais qualificadas e próximas do curso superior completo (entre 13 e 15 anos de escolaridade), espera-se uma redução na

desigualdade de renda por cor. As desigualdades da renda do trabalho também ocorrem por sexo e podem ser visualizadas por meio de outras estatísticas:

Tabela 4. Escolaridade, renda e hiatos salariais por sexo controlados por níveis de escolaridade-Brasil - 2002-2009

Sexo	Níveis de escolaridade	Renda (R\$) 2002	Renda (R\$) 2009	% 2002	% 2009	Var. % Renda	Hiatos Masc./Fem.
Feminino	Até 4 anos	210	264	13,5	9,8	26	124
	5 a 8 anos	355	411	10	9,0	16	97
	9 a 12 anos	633	622	13	16,5	-2	84
	13 a 15 anos	1588	1456	5	7,5	-8	83
Masculino	Até 4 anos	470	545	23,5	17	16	106
	5 a 8 anos	701	757	16	14,2	8	84
	9 a 12 anos	1163	1048	15	19,4	-10	68
	13 a 15 anos	2909	2520	5	6,5	-13	73

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria.

Os hiatos salariais entre homens e mulheres controlados por escolaridade diminuíram entre 2002 e 2009, mas ainda persistem diferenças salariais entre os sexos com atributos educacionais “idênticos”, indícios de práticas de discriminação no mercado de trabalho.⁹ As mulheres possuem uma participação relativa maior no nível educacional próximo ao curso superior (7,5% contra 6,5% dos homens). Também há um número menor de mulheres nos níveis de escolaridade menor, indicando maior qualificação das mulheres em termos de escolaridade. Os hiatos salariais controlados apresentaram uma queda. Para o nível de escolaridade até quatro anos, o hiato caiu de 124% em 2002 para 106% em 2009. Para a escolaridade entre cinco e oito anos o hiato caiu de 97% para 84%. Em termos relativos, a maior queda no hiato ocorreu para os ocupados com escolaridade entre nove e doze anos, que passou de 84% para 68%. Com nível de escolaridade próximo ao ensino superior (de 13 a 15 anos) o hiato caiu de 83% para 73%. Para os níveis de escolaridade próximos ao ensino médio e superior, ocorreu redução das rendas médias, sendo mais acentuadas as quedas para os homens. Parece razoável supor que, diante do avanço educacional feminino, caso não houvesse discriminação no mercado de trabalho nacional, as rendas das mulheres se aproximariam da renda dos homens e, em alguns casos, poderiam até superá-la. Além

⁹ Controlar as diferenças de renda entre homens e mulheres apenas por meio da escolaridade é insuficiente para uma identificação mais robusta do grau de discriminação no mercado de trabalho. É recomendável utilizar outros controles, tais como pelas atividades econômicas, pela idade, pelas segmentações formal-informal, urbano-rural, etc. Parte do hiato salarial pode ser atribuída a discriminação e a outra parte a fatores não controlados e observáveis. Para maiores detalhes sobre outros controles, consultar CACCIAMALI e ROSALINO (2008).

desses indícios de discriminação no mercado de trabalho nacional, há outras situações no mercado de trabalho associadas a desigualdade de renda:

Segmentações no mercado de trabalho

Segmentação por setores de atividades

Para a primeira metade da década de 2000, há evidências de uma ligeira redução nas diferenças da renda do trabalho entre os grandes setores de atividades econômicas. Utilizando os desvios padrões da renda do trabalho, nota-se uma queda entre 2001 e 2005. Contudo, quando se considera o período de 2002 a 2005, o hiato da renda do trabalho praticamente permaneceu inalterado, próximo de 6,6 desvios padrões. (BARROS *et al.*, 2007).¹⁰ Entre 2001 e 2005, algumas simulações contrafactuais indicaram que a segmentação por setores de atividades econômicas explicou 17,5% da queda da desigualdade da renda do trabalho do período. (BARROS *et al.*, 2007). Outros resultados econométricos que também utilizaram simulações contrafactuais sobre a segmentação por setores de atividades econômicas, indicam que, entre 2001 e 2005, as diferenças da renda do trabalho por setores (entre indústria, construção civil, comércio, administração pública e serviços) explicaram 12% da queda da desigualdade da renda do trabalho nacional. “Esse resultado parece estar refletindo o bom desempenho do setor agrícola e a redução das distâncias entre ele e os demais setores” (ULYSSEA, 2007). Os hiatos nas rendas do trabalho dos três grandes setores da economia brasileira, entre 2002 e 2009, fornecem evidências para o período posterior a 2005:

Tabela 5. Hiatos salariais (sem controle) entre as atividades econômicas - Brasil - 2002-2009

Relação entre as atividades econômicas	Hiato % 2002	Hiato % 2009
Serviços/Indústria	12	12
Serviços/ Agricultura	267	212
Indústria/Agricultura	229	180

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

¹⁰ Os autores selecionaram 12 grupos de atividades econômicas das PNAD's de 1995 a 2005, com os quais produziram 66 diferenciais de renda entre as atividades econômicas, que foram sinteticamente descritos por meio dos desvios padrões, que constituem um tipo de estimativa de desigualdade em torno das médias das rendas.

Nota-se que os hiatos de renda entre os ocupados na agricultura e os outros dois setores (indústria e serviços) apresentam quedas maiores, porque a renda média do trabalho agrícola cresceu mais. Os hiatos entre os serviços e a indústria mantiveram-se constantes. A redução dos hiatos entre a agricultura e os outros dois setores talvez tenha ocorrido porque a demanda por trabalho na agricultura pode ter se concentrado em ocupações próximas ao salário mínimo, enquanto a demanda por trabalho mais qualificado na indústria e nos serviços deve ter crescido pouco, fazendo com que os seus rendimentos tenham crescido menos do que na agricultura. Sendo assim, as rendas da agricultura se aproximam dos dois outros setores, porque ocorre um crescimento menor dos maiores rendimentos (serviços e indústria).

Segmentação espacial

As diferenças de renda do trabalho entre as várias regiões brasileiras, embora continuem relativamente elevadas, apresentaram algumas reduções na primeira década de 2000, particularmente entre 2001 e 2005. Simulações contrafactuais para 2005 indicam que a redução das diferenças de rendimentos entre as unidades da federação contribuíram em 7% para a queda da desigualdade da renda do trabalho. As quedas nas diferenças da renda do trabalho entre as regiões metropolitanas e os municípios de pequeno e médio porte contribuíram com 12% da queda. As reduções nas diferenças da renda do trabalho entre as áreas urbanas e rurais contribuíram com apenas 4% para a queda da desigualdade da renda do trabalho (BARROS *et al.*, 2007). Alguns indicadores sintéticos da desigualdade de renda do trabalho indicam que as maiores quedas nas diferenças regionais de renda ocorreram entre as regiões metropolitanas e os municípios de pequeno e médio porte. Outras simulações contrafactuais também indicam reduções nos hiatos regionais de renda do trabalho. As diferenças entre as regiões metropolitanas e os municípios de pequeno e médio porte contribuíram, entre 2001 e 2005, com 10% da queda da desigualdade da renda do trabalho, enquanto as diferenças entre as áreas urbanas e rurais contribuíram com apenas 1,6% dessa queda (ULYSSEA, 2007). Dessa forma, é perceptível a queda nos hiatos da renda do trabalho entre vários recortes regionais. Recortando para o período de 2002 a 2009 apenas uma tradicional segmentação espacial no Brasil, entre os rendimentos dos ocupados urbanos e rurais, percebe-se a intensidade da queda desse tipo de segmentação:

Tabela 6. Renda média, desigualdade da renda do trabalho e hiatos salariais nas áreas urbanas e rurais-Brasil-2002-2009

Áreas	Renda (R\$)	Renda (R\$)	Var.%	GINI	GINI	Var.%	Hiato %	Hiato %
	2002	2009	Renda	2002	2009	GINI	2002	2009
Urbana	972	1084	12	0,55	0,50	-9	256	172
Rural	273	398	46	0,50	0,47	-6		

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

Entre 2002 e 2009 o hiato entre a renda média do trabalho das áreas urbanas e rurais reduziu-se de 256% para 172%, influenciado pelo aumento da renda das áreas rurais, que atingiu 46% no período, contra 12% das áreas urbanas. A queda na desigualdade da renda do trabalho foi maior para as áreas urbanas, mas as áreas rurais mantiveram o menor Gini em 2009. O crescimento menor da renda do trabalho nas áreas urbanas pode estar indicando uma menor demanda por trabalho mais qualificado, típica das regiões com mercados de trabalho mais dinâmicos. Esses resultados para o período de 2002 a 2009 sobre os rendimentos do trabalho urbano e rural convergem com os resultados da literatura nacional num ponto: ocorre uma aproximação entre os maiores e os menores rendimentos porque a renda do trabalho cresceu mais nas áreas com menores rendimentos, sugerindo que a interação entre a demanda e a oferta de trabalho favoreceu mais o trabalho de menor qualificação.

Segmentação formal-informal

Apesar do trabalho informal não possuir uma definição estrita, é comum na literatura nacional utilizar como parâmetros para o trabalho informal os ocupados sem carteira e os trabalhadores por conta própria.¹¹ Para a primeira metade da década de 2000, alguns resultados econométricos nacionais mostram que a elevação do hiato salarial entre os ocupados formais e informais prejudicou a queda da desigualdade da renda do trabalho (ULYSSEA, 2007; BARROS *et al.*, 2007). Os hiatos da renda do tra-

¹¹ CACCIAMALI entende o informal como "(...) um conjunto de formas de organização da produção e distribuição que se estabelece nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada". Nessa abordagem o trabalho informal ocupa as "brechas" deixadas pelas atividades formais. No informal "inserem-se trabalhadores que por opção, pelas habilidades e pela qualidade dos serviços prestados auferem relativamente altos níveis de renda quando comparados com a média dos assalariados, como também existem indivíduos que, sem nenhuma qualificação, não podem ser absorvidos por firmas organizadas e que findam por receber remunerações insuficientes perante o padrão médio de vida social" (CACCIAMALI, 1991). Também o informal é concebido como "auto-emprego" e nessa perspectiva "o negócio informal é antes de tudo uma forma de criar o próprio emprego de seu proprietário" (PAMPLONA, 2001). Em função do dinamismo das atividades informais "(...) a economia informal é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas em constante movimento não podem ser capturadas por uma definição estrita" (KON, 2001).

balho entre o formal e o informal assumiram os seguintes valores entre 2002 e 2009 (contrariando a literatura nacional):

Tabela 7. Hiatos salariais (sem controle) por posição na ocupação

Brasil - 2002-2009

Relação entre as posições nas ocupações	Hiato % 2002	Hiato % 2009
Com carteira/Sem carteira	85	67
Com carteira/Conta própria	34	31
Conta própria/Sem carteira	37	27

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

Os hiatos salariais entre os ocupados formais (com carteira) e os informais (sem carteira e por conta própria) diminuíram entre 2002 e 2009.¹² Os ocupados com carteira apresentavam, em 2002, um hiato salarial de 85% em relação aos ocupados sem carteira, passando para 67% em 2009. A menor redução no hiato salarial ocorreu entre os ocupados com carteira e os ocupados por conta própria, que atingiu, em 2009, o patamar de 31%. As estimativas dos hiatos salariais entre os ocupados formais e informais das macrorregiões mostram quais dessas regiões contribuíram mais para a queda das diferenças salariais:

Tabela 8. Hiatos salariais (sem controle) entre os ocupados com carteira e os sem carteira-Macrorregiões - 2002-2009

Macrorregiões	Hiato % 2002	Hiato % 2009
Nordeste	101	101
Norte	51	45
Centro Oeste	50	26
Sudeste	69	48
Sul	54	49

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

As macrorregiões Centro Oeste e Sudeste foram as que apresentaram as maiores quedas relativas nos hiatos da renda do trabalho formal-informal entre 2002 e 2009, porque a renda média do trabalho dos ocupados sem carteira dessas duas macrorregiões cresceu mais do que a renda dos ocupados com carteira. A aproximação das rendas médias do trabalho dos ocupados formais e informais sugere

¹² Esses resultados são diferentes dos encontrados na literatura nacional para a primeira metade da década de 2000.

um dinamismo salarial menor do mercado de trabalho formal em termos de qualidade do emprego.

Tabela 8. Hiatos salariais (sem controle) entre os ocupados com carteira e os sem carteira-Macrorregiões - 2002-2009

Macrorregiões	Hiato %	Hiato %
	2002	2009
Nordeste	101	101
Norte	51	45
Centro Oeste	50	26
Sudeste	69	48
Sul	54	49

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

As macrorregiões Centro Oeste e Sudeste foram as que apresentaram as maiores quedas relativas nos hiatos da renda do trabalho formal-informal entre 2002 e 2009, porque a renda média do trabalho dos ocupados sem carteira dessas duas macrorregiões cresceu mais do que a renda dos ocupados com carteira. A aproximação das rendas médias do trabalho dos ocupados formais e informais sugere um dinamismo salarial menor do mercado de trabalho formal em termos de qualidade do emprego.

Segmentação por grupos ocupacionais¹³

A estrutura ocupacional nacional é marcada por elevadas assimetrias salariais que influenciam a desigualdade da renda do trabalho. Essas assimetrias da primeira década de 2000 podem ser identificadas por meio de algumas estatísticas:

¹³ A literatura não costuma classificar de segmentação os diferenciais de renda do trabalho entre os grupos ocupacionais. Contudo, em função da heterogeneidade da estrutura ocupacional em termos salariais, parece razoável supor dualidades internas a essa estrutura que talvez funcionem como se fossem um tipo particular de segmentação no mercado de trabalho.

Tabela 9. Desigualdade e renda média do trabalho por grupos ocupacionais. Brasil (2002-2009)

Grupos Ocupacionais	Brasil e Macrorregiões	GINI 2002	GINI 2009	Var. % 2002-2009	Renda (R\$) 2002	Renda (R\$) 2009	Var.% Renda 2002-2009	% 2002	% 2009
Dirigentes	Brasil	0,50	0,49	-2	2971	2996	0,8	5	5
	Nordeste	0,55	0,47	-14	2081	2174	5	3	3
	Norte	0,53	0,47	-11	2686	2586	-4	4	4
	Centro Oeste	0,48	0,49	2	2960	3179	7	6	5
	Sudeste	0,49	0,51	4	3394	3336	-2	6	5
	Sul	0,45	0,47	4	2698	3031	12	5	6
Profissionais das Ciências e Artes	Brasil	0,51	0,50	-2	2454	2463	0	6	7
	Nordeste	0,57	0,53	-7	1807	2070	15	4	5
	Norte	0,52	0,47	-10	1995	2018	1	5	6
	Centro Oeste	0,52	0,51	-2	2835	3068	8	6	8
	Sudeste	0,48	0,48	0	2719	2586	-5	7	9
	Sul	0,50	0,47	-6	2197	2356	7	6	8
Técnicos de nível médio	Brasil	0,48	0,45	-6	1293	1420	10	7	7
	Nordeste	0,49	0,47	-4	788	990	26	6	6
	Norte	0,48	0,44	-8	1070	1233	15	8	6
	Centro Oeste	0,50	0,49	-2	1402	1670	19	7	6
	Sudeste	0,44	0,43	-2	1514	1577	4	8	8
	Sul	0,47	0,42	-11	1429	1533	7	7	7
Produção de bens e serviços e reparação	Brasil	0,41	0,37	-10	711	823	16	23	24
	Nordeste	0,42	0,40	-5	440	566	29	18	20
	Norte	0,38	0,35	-8	597	702	18	25	23
	Centro Oeste	0,40	0,36	-10	708	861	22	22	23
	Sudeste	0,39	0,34	-13	829	925	12	26	26
	Sul	0,37	0,33	-11	760	912	20	26	26

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria

Nota-se que a renda média dos dirigentes nacionais e dos profissionais das ciências e das artes praticamente não cresceu, atingindo uma taxa ínfima de 0,8% (para os dirigentes) entre 2002 e 2009, sugerindo um baixo dinamismo do mercado de trabalho ligado a esses grupos ocupacionais. Contudo, dirigentes e profissionais das ciências e das artes ainda mantêm as maiores rendas. Os maiores aumentos das rendas médias do trabalho ocorreram na produção de bens e serviços e reparação (16%) e nas ocupações de nível médio técnico (10%). Esses dois grupos ocupacionais também apresentaram as maiores quedas nas desigualdades, gerando Gini's em 2009 de 0,37 e 0,45, respectivamente. Essas quedas dos Gini's para os grupos de menor renda média indicam uma menor dispersão interna de rendimentos. A desigualdade de renda aumentou para os dirigentes das macrorregiões do Centro Oeste, Sudeste e Sul, gerando Gini's de 0,49, 0,51 e 0,47, respectivamente em 2009. A participação relativa

desses quatro grupos ocupacionais na distribuição total não apresentou mudanças expressivas no período. Os hiatos nacionais de renda (sem controle) entre esses quatro grupos ocupacionais podem ser visualizados na tabela a seguir:

Tabela 10. Hiatos salariais (sem controle) entre grupos ocupacionais selecionados - Brasil - 2002-2009

Relação entre as atividades econômicas	Hiato % 2002	Hiato % 2009
Dirigentes / Profissionais das ciências	21	22
Dirigentes / nível médio	130	111
Dirigentes / serviços de reparação	318	264

Fonte: IBGE. PNAD's 2002 e 2009 (microdados). Elaboração própria.

O hiato entre dirigentes e os profissionais das ciências e das artes ampliou-se ligeiramente de 21% para 22%. Os demais hiatos reduziram-se, principalmente em função do crescimento mais acelerado das rendas menores dos ocupados de nível médio e na produção de bens e serviços e reparação. Apesar da queda de alguns hiatos, ainda permanece elevada a diferença de renda entre os grupos ocupacionais selecionados, sugerindo a existência de segmentação ocupacional no mercado de trabalho.

MODELO ECONOMÉTRICO EXPLORATÓRIO

Considerações metodológicas

O modelo será construído por meio de regressão linear múltipla *Stepwise*, que seleciona as variáveis explicativas mais significativas. As amostras são *cross section* estaduais para o ano de 2009. Naturalmente que apenas um ano de análise (2009) não é capaz de dar respostas sobre o comportamento da desigualdade na primeira década de 2000, mas fornece, de forma exploratória, algumas evidências empíricas. O ano de 2009 foi marcado por uma taxa de crescimento negativa, comprometendo a criação de empregos de forma mais vigorosa. Contudo, é preciso considerar que mesmo em alguns períodos de crescimento acelerado não houve queda da desigualdade de renda do trabalho, provavelmente porque as atividades que puxam esse crescimento nacional costumam apresentar elevadas desigualdades de renda. As variáveis *proxies*

indicativas do capital humano não foram mensuradas da forma tradicional. Optou-se pela mensuração dos hiatos salariais entre alguns níveis de escolaridade, pois espera-se que com o aumento dos menores rendimentos dos ocupados com menores escolaridades ocorram reduções nos hiatos salariais, capazes de promover a queda da desigualdade de renda do trabalho. As *proxies* para experiência no trabalho utilizaram a idade do trabalhador ocupado, uma vez que, trabalhadores mais experientes possuem idades maiores.

As *proxies* para a discriminação no mercado de trabalho por cor e sexo foram obtidas por meio de hiatos nos rendimentos controlados por níveis de escolaridade. Esse controle só por escolaridade é insuficiente para captar com maior profundidade a discriminação salarial, mas fornece um indício de sua existência. Embora as variáveis sejam para a discriminação salarial por cor e sexo, há outras práticas discriminatórias no mercado de trabalho. As variáveis *proxies* para as segmentações buscam medir os impactos sobre a desigualdade da renda do trabalho causados pelas diferenças de rendimentos por atividades, regiões, posição na ocupação e estrutura ocupacional. As atividades selecionadas foram tradicionais: agropecuária, indústria e serviços. Destaca-se que os rendimentos médios dos serviços mostraram-se maiores que os da indústria de transformação, justificando a posição dos serviços no numerador das estimativas. Apenas a segmentação urbano/rural foi medida como indicador de segmentação regional. Naturalmente que apenas essa segmentação é insuficiente para caracterizar com profundidade as diferenças regionais de rendimentos do trabalho no Brasil. A mesma consideração se aplica às diferenças de rendimentos do trabalho presentes na estrutura ocupacional brasileira. Ou seja, as diferenças ocupacionais em termos de conteúdo do trabalho e de rendimentos são inúmeras. O recorte ocupacional por dirigentes (que possuem rendimentos relativamente elevados), vendedores e prestadores de serviços (que auferem baixos rendimentos) fornece uma primeira aproximação das diferenças de rendimentos dentro da estrutura ocupacional brasileira. Essa heterogeneidade da estrutura ocupacional associa-se a heterogeneidade da estrutura produtiva da economia brasileira. A variável dependente (desigualdade da renda do trabalho) foi medida de forma tradicional pelo índice de Gini dos ocupados no trabalho principal, segundo a PNAD de 2009. Como a distribuição de renda do trabalho no Brasil possui uma cauda muito pesada, também seria adequada sua mensuração pelo índice de Theil. Além dessas duas medidas sintéticas de desigualdade, há outras metodologias de cálculo que também poderiam ser utilizadas.

A especificação do modelo não incluiu variáveis do lado da demanda do trabalho, tais como o crescimento econômico e a rotatividade no mercado de trabalho. Contudo, as variáveis incluídas no modelo (exploratório) admitem, por inferência, interpretações a partir da interação da demanda com a oferta de trabalho. Aliás, a desigualdade da renda do trabalho está associada a outros condicionantes, como os ligados a mobilidade intergeracional de renda, ao salário mínimo, a estrutura familiar, etc. O modelo econométrico proposto é basicamente exploratório e busca avaliar o papel de parte do mercado de trabalho nacional sobre a desigualdade de renda.

Formalização do modelo e metodologias das variáveis selecionadas

$GINI = f(LnEscSupMed, LnEscSupFund, LnEscMedFund, LnExpCinqQua, LnExpQuaTrin, LnExpTrinVinte, LnExpCinqVinte, LnDiscCorSup, LnDiscCorMed, LnDiscCorFund, LnDiscSexoSup, LnDiscSexoMed, LnDiscSexoFund, LnSegSerInd, LnSegServAgri, LnSegIndAgri, LnSegUrbRural, LnSegComSem, LnSegComConta, LnDirRep, LnDirVend, LnRepVend)$

a) Capital humano

a.1) *Ln* na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com curso superior e a renda média do trabalho principal dos ocupados com ensino médio (***LnEscSupMed***) ; a.2) *Ln* na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com curso superior e a renda média do trabalho principal dos ocupados com ensino fundamental incompleto (***LnEscSupFund***); a.3) *Ln* na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com ensino médio e a renda média do trabalho principal dos ocupados com ensino fundamental incompleto (***LnEscMedFund***) ; a.4) *Ln* na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com 50 anos e a renda média do trabalho principal dos ocupados com 40 anos (***LnExpCinqQua***) ; a.5) *Ln* na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com 40 anos e a renda média do trabalho principal dos ocupados com 30 anos (***LnExpQuaTrin***) ; a.6) *Ln* na razão entre a renda média do trabalho principal dos

ocupados com 30 anos e a renda média do trabalho principal dos ocupados com 20 anos (**$LnExpTrinVinte$**) ; a.7) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com 50 anos e a renda média do trabalho principal dos ocupados com 20 anos (**$LnExpCinqVinte$**). Cabe uma consideração sobre a mensuração do capital humano por meio da escolaridade: é usual na literatura nacional medir o capital humano pela escolaridade média dos ocupados e não por diferenças entre as rendas por níveis de escolaridade. **Fonte dos dados:** microdados das PNAD's de 2002 e 2009. **Hipótese:** o mercado de trabalho nacional ampliou sua demanda por trabalho com menor capital humano, promovendo assim a ampliação dos menores rendimentos do trabalho que se aproximaram dos maiores rendimentos, possibilitando a queda da desigualdade da renda do trabalho.

b) Discriminação

b.1) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados “brancos” com curso superior e a renda média do trabalho principal dos ocupados “pardos” com o mesmo curso superior (**$LnDisCorSup$**) ; b.2) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados “brancos” com ensino médio completo e a renda média do trabalho principal dos ocupados “pardos” com o mesmo ensino médio completo (**$LnDiscCorMed$**) ; b.3) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados “brancos” com ensino fundamental incompleto e a renda média do trabalho principal dos ocupados “pardos” com o mesmo ensino fundamental incompleto (**$LnDisCorFund$**) ; b.4) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos “homens” com curso superior e a renda média do trabalho principal das “mulheres” com o mesmo curso superior (**$LnDisSexoSup$**) ; b.5) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos “homens” com ensino médio completo e a renda média do trabalho principal das “mulheres” com o mesmo ensino médio (**$LnDisSexoMed$**) ; b. 6) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos “homens” com ensino fundamental incompleto e a renda média do trabalho principal das “mulheres” com o mesmo ensino fundamental incompleto (**$LnDisSexoFund$**). Na literatura nacional é freqüente somar os ocupados pardos e pretos, obtendo o total da população negra. A utilização apenas dos “pardos” justifica-se porque representa a maioria da população negra. **Fonte dos dados:** microdados da PNAD de 2009. **Hipótese:** as evidências empíricas indicam

que, entre 2002 e 2009, houve uma ligeira redução na discriminação salarial por cor e sexo, mas insuficiente para promover a queda da desigualdade da renda do trabalho.

c) Segmentações

c.1) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados nos serviços e a renda média do trabalho principal dos ocupados na indústria (**$LnSegSerInd$**) ; c.2) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados nos serviços e a renda média do trabalho principal dos ocupados na agricultura (**$LnSegSerAgri$**) ; c.3) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados na indústria e a renda média do trabalho principal dos ocupados na agricultura (**$LnSegIndAgri$**) ; c.4) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados nas áreas urbanas e a renda média do trabalho principal dos ocupados nas áreas rurais (**$LnSegUrbRur$**) ; c.5) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com carteira assinada e a renda média do trabalho principal dos ocupados sem carteira assinada (**$LnSegComSem$**) ; c.6) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos ocupados com carteira assinada e a renda média do trabalho principal dos ocupados por conta própria (**$LnSegComConta$**); c.7) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos dirigentes em geral e a renda média do trabalho principal dos trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (**$LnDirRep$**); c.8) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos dirigentes em geral e a renda média do trabalho principal dos vendedores e prestadores de serviços do comércio (**$LnDirVend$**); c.9) Ln na razão entre a renda média do trabalho principal dos trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção e a renda média do trabalho principal dos vendedores e prestadores de serviços do comércio (**$LnRepVend$**).**Fonte dos dados:** microdados da PNAD de 2009. **Hipótese:** as reduções nas segmentações estão associadas ao crescimento mais acelerado dos menores rendimentos na agropecuária, nas áreas rurais, para os ocupados por conta própria e para as ocupações de menor qualificação, possibilitando a aproximação desses rendimentos com os maiores a ponto de estimular a queda da desigualdade de renda do trabalho nacional.

Resultados da regressão *Stepwise*

$$\text{Gini} = 0,33 + 0,56\text{LnEscMedFund} + 0,35\text{LnDirRep}$$

$$R^2=0,60 \quad F=20,5^* \quad (3,91)^* \quad (2,41)^* \quad n=27$$

Apenas duas variáveis explicativas mostraram-se significativas a 5%: a diferença de rendimentos entre ocupados com nível médio e nível fundamental (LnEscMedFund) e a diferença entre os rendimentos do trabalho de diretores e ocupados em atividades de reparação (LnDirRep). Juntas, essas duas variáveis explicam 60% do comportamento da desigualdade de renda do trabalho, além de apresentarem a correlação positiva esperada. Ou seja, a redução dos hiatos salariais condicionou a queda da desigualdade da renda do trabalho em 2009. Também não apresentam multicolinearidade (identificada pelo teste $\text{VIF}=1,34$). As duas variáveis explicativas convergem para uma explicação similar: o mercado de trabalho ampliou mais a renda do trabalho dos menos qualificados, aproximando-a dos ocupados com qualificação maior de nível médio e em cargos de direção. Esse comportamento do mercado de trabalho é compatível com estruturas produtiva, ocupacional e educacional mais tradicionais, de baixa complexidade tecnológica, que se modernizaram relativamente pouco na primeira década de 2000. Correlacionando esses resultados econométricos *cross section* para 2009 com a evolução dos indicadores que compõem as duas variáveis explicativas, parece razoável supor que a demanda por trabalho de menor qualificação favoreceu a expansão dos respectivos rendimentos, enquanto os ocupados com maior escolaridade e melhor posicionados na estrutura ocupacional obtiveram menores ganhos. Como 2009 foi um ano de crescimento econômico negativo, a expansão da demanda por trabalho mais qualificado fica comprometida, embora o crescimento econômico nacional, mesmo quando é elevado, não costuma contribuir para a queda da desigualdade da renda do trabalho. As variáveis representativas da discriminação salarial por cor e sexo, controladas por escolaridade, não se mostraram significativas, sugerindo que mesmo com as estatísticas descritivas indicando redução da discriminação salarial entre 2002 e 2009, não foi o suficiente para influenciar a queda da desigualdade da renda do trabalho. Talvez essa redução da discriminação salarial tenha ocorrido numa baixa magnitude. Das segmentações no mercado de trabalho, apenas o hiato de renda entre dirigentes e reparadores mostrou-se significativo, apesar das reduções nas outras segmentações verificadas entre 2002 e 2009. Em suma, a equação de regressão reúne um indicador de capital humano não

convencional e outro indicador muito restrito da estrutura ocupacional da economia brasileira, sugerindo que, mesmo sem mudanças amplas na estrutura educacional e na estrutura ocupacional foi possível gerar a queda da desigualdade da renda do trabalho. O avanço salarial dos ocupados com menor qualificação também se associa a política de valorização do salário mínimo do período.

Considerações Finais

A queda da desigualdade da renda do trabalho ocorrida na primeira década de 2000 foi estatisticamente significativa, identificada por rotinas de *bootstrap*. Mais recentemente parece ter despontado uma controvérsia sobre se a desigualdade de renda no Brasil caiu de forma significativa ou não, mas esse debate embrionário está restrito a renda domiciliar total e não especificamente a renda do trabalho adotada nesse artigo. Na literatura nacional predominam as abordagens sobre o capital humano, que costumam enfatizar a importância da escolaridade para o comportamento da desigualdade de renda do trabalho. No modelo econométrico exploratório proposto, apenas uma variável *proxy* do capital humano mostrou-se significativa para explicar o comportamento da desigualdade de renda do trabalho em 2009, indicando que a redução do hiato de rendimentos entre ocupados com nível médio e fundamental contribuiu para a queda do GINI dos ocupados. Essa redução do hiato entre os dois níveis de escolaridade sugere que a interação entre a demanda e a oferta de trabalho favoreceu mais os menores rendimentos dos ocupados com menor qualificação. A outra variável *proxy* que mostrou-se significativa no modelo indica a aproximação dos rendimentos dos ocupados menos qualificados (reparadores) com alguns mais qualificados (dirigentes), sugerindo, a exemplo da outra variável significativa do modelo, que houve uma interação entre a demanda e a oferta de trabalho que ampliou os menores rendimentos da hierarquia da estrutura ocupacional. Sendo assim, os resultados do modelo combinados as estatísticas descritivas desenvolvidas, permitem uma leitura muito particular do mercado de trabalho nacional e suas correlações com a estrutura produtiva nacional.

A economia brasileira possui uma estrutura produtiva predominantemente composta por atividades mais tradicionais, com baixa absorção tecnológica e consequentemente intensiva em trabalho menos qualificado, embora essas atividades coexistam com outras de maior qualificação e modernização. Os rendimentos dos ocupados me-

nos qualificados foram os que mais cresceram entre 2002 e 2009, enquanto os mais escolarizados obtinham quedas em seus rendimentos. Os trabalhadores menos experientes tiveram as maiores expansões de renda. Os ocupados pardos e as mulheres menos escolarizadas também tiveram maiores aumentos de seus rendimentos. As segmentações por atividades, espaciais, formal/informal e por grupos ocupacionais diminuíram em função do crescimento mais acelerado dos menores rendimentos.

Em suma, o mercado de trabalho nacional ampliou os menores rendimentos e reduziu os maiores dos ocupados mais qualificados, promovendo a aproximação dos decis inferiores com os superiores da distribuição de renda do trabalho. Esses resultados sugerem que não houve modernização da estrutura produtiva nacional, tampouco de sua estrutura ocupacional. Outra interpretação compatível com esses resultados permite associar uma possível ampliação da demanda por trabalho menos qualificado com a política de valorização do salário mínimo, que estimularam a ampliação dos menores rendimentos, aproximando-os dos maiores e condicionando a queda da desigualdade da renda do trabalho. Embora a desigualdade da renda do trabalho tenha caído, enquanto os vários hiatos salariais também se reduziam, vale notar que as diferenças de rendimentos do trabalho por escolaridade, atividades, regiões, posição na ocupação e grupos ocupacionais ainda se mantêm elevadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel e MENDONÇA, Rosane. **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década..** In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, V.3, 2007

BIDERMAN, Ciro e GUIMARÃES, Nadya Araújo. Desigualdades, discriminação e políticas públicas: uma análise a partir de setores selecionados da atividade produtiva no Brasil. In: II Conferência Internacional CEBRAP-ILAS. São Paulo: março de 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** In: Cadernos de pesquisa, v.37, nº 132, setembro-dezembro de 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda.** In: CAMARGO, José Márcio *et al.* (organizadores). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CACCIAMALI, Maria Cristina e ROSALINO, Jackson William. **Estreitamento dos diferenciais de salários: diminuição do grau de discriminação?** In: CACCIAMALI, Maria Cristina e JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. A construção da igualdade de gênero e raça na América Latina do século XXI: o caso do Brasil. São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, 2008.

CORSEUIL, Carlos Henrique e FOGUEL, Miguel Nathan. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (texto para discussão).

FERREIRA, Francisco H.G.; LEITE, Phillippe G.; LITCHFIELD, Julie A. & ULYSSEA, Gabriel. **Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil: uma atualização.** In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, V.3, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília: 2002 e 2009 (microdados)

KON, Anita e CAMILLO, Vladimir Sipriano. **Condicionantes da desigualdade da renda do trabalho no Brasil: um modelo econométrico exploratório**. Curitiba: XIII Encontro Nacional da ABET, 2013

KON, Anita. **A Condição de Informalidade do Trabalho nas Atividades Terciárias Brasileiras**. In: PAMPLONA, João B. (organizador). O Setor Informal. São Paulo: Educ, 2001, (Cadernos PUC de Economia, nº 11).

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil: 3ª edição**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil: uma reafirmação**. Rio de Janeiro: FGV-EPGE, 1973. (Ensaio Econômico EPGE, nº7)

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H.G.F.; CASTRO, Fabio Avila. **A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil de 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares**, 2014 (no prelo)

NERI, Marcelo. **Miséria, desigualdade e estabilidade: o segundo Real**. In: Ministério do trabalho e emprego. Análise da pesquisa nacional por amostra de domicílios. Brasília: MTE, 2007.

OAXACA, Ronald. **Male-female wage differentials in urban labor markets**. *International Economic Review*, 1973

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. SP: Germinar, 2001

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

RAMOS, Lauro. **Desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil de 1995 a 2005**. In: Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. BARROS *et. al.* (orgs.). Brasília: v.2, 2007.

SABOIA, João. **O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil.** In: In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, V.2, 2007.

SOARES, Sergei Suarez Dillon ; FONTOURA, Natália de Oliveira e PINHEIRO, Luana. **Tendências recentes da escolaridade e no rendimento de negros e de brancos.** In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, V.2, 2007.

ULYSSEA, Gabriel. **Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica.**In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel & ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, V.3, 2007.